

CADMO

Revista de História Antiga

Centro de História
da Universidade de Lisboa

23



Ἐπισημοῦς ἱστορικοῦ κέντρου τοῦ Πανεπιστημίου
Ἐπισημοῦς ἱστορικοῦ κέντρου τοῦ Πανεπιστημίου
ΜΗΝΙΝ ΑΕΙΔΕ ΘΕΑ ΠΗΛΗΙΑΔΕΩ

AS TIRANIAS SICILIANAS DO INÍCIO DO SÉCULO V a. C. ASPETOS IDEOLÓGICOS DO PODER. PARTE II – A RUTURA DO FINAL DO PERÍODO ARCAICO E A INTERVENÇÃO CARTAGINESA

FILIPE DO CARMO

Universidade de Lisboa
filcarm@gmail.com

Resumo

Com Hipócrates, a cidade de Gela dá início a um processo de expansão territorial que se faz à custa de outras cidades gregas. Introdução recente da moeda e disponibilidade de mercenários resultante sobretudo do êxodo de populações gregas como consequência da conquista persa da Ásia Menor, são fatores que poderão ajudar a explicar uma tal rutura. É uma política que prossegue com Gélon, o tirano que sucede a Hipócrates e que se estabelece de modo duradouro em Siracusa. Paralelamente afirmam-se outros tiranos, Téron em Agrigento e Anaxilas em Régio-Messina, estabelecendo rivalidades cujo ponto crítico é atingido com a derrota infligida aos cartagineses em Hímera e que simboliza a hegemonia siracusana. Entre os meios repetidamente utilizados pelos tiranos para reforçar o seu poder estão o aumento do seu prestígio através das vitórias militares e a obtenção do estatuto de *oikista* com a refundação de cidades que repovoam com mercenários.

Palavras-chave: Tiranos sicilianos; batalha de Hímera; mercenários; estatuto de *oikista*.

Abstract

It all started with Hippocrates when the city of Gela launched a process of territorial expansion that was made at the expense of other Greek cities. The very recent introduction of coinage and the availability of mercenaries consequential to the exodus of Greek populations as a result of the Persian conquest of Asia Minor, are factors that may help to explain such a rupture. This policy is maintained with Gelon, the tyrant who succeeds to Hippocrates and will later settle permanently in Syracuse. At the same time other tyrants, Teron in Agrigento and Anaxilas in Reghium-Messina, come into view establishing rivalries whose critical point is reached with the episode that symbolizes the hegemony of Syracuse, the defeat of the Carthaginians in Himera. In order to strengthen their power, the tyrants tried repeatedly to increase their prestige through military victories and the achievement of the oikist *status* through the refoundation of cities that they repopulate with mercenaries.

Keywords: Sicilian tyrants; Himera battle; mercenaries; *oikist* status.

1. Hipócrates

O modelo de expansão colonial do período arcaico, primeiro de ocupação das costas da ilha, depois de penetração para o interior às custas do território indígena, sofre subitamente no início do século V a. C., com Hipócrates (498-497 a. C. / 491-490 a. C.), tirano de Gela que sucede ao seu irmão Cleandro (505-504 a. C. / 498-497 a. C.), uma transformação radical. De facto, nenhuma das cidades de Calípolis, Naxos, Zancle e Leôncio escaparam ao domínio do tirano e mesmo Siracusa, apesar de contar com o apoio de um grande número de indígenas, foi por ele derrotada na batalha de Eoro, tendo que, para obter a paz, ceder a cidade de Camarina⁽¹⁾.

Isto é, de um momento para o outro, Gela, que durante todo o século VI a. C. havia tido uma expansão territorial relativamente modesta quando comparada com as de Agrigento e Siracusa e mesmo as de Cátana e Leôncio, inaugura uma política imperialista que não se detem nas fronteiras das outras cidades gregas e que inicialmente parece privilegiar o território calcídico e mais tarde o próprio território siracusano (não é pacífico que a referência herodoteia acima indique uma cronologia das conquistas, embora pareça incontestável que o choque com Siracusa (493-492 a. C.?) tenha sido posterior à conquista das cidades calcídicas).

Para compreender a especificidade do poder hegemónico construído por Hipócrates dever-se-á referir que a expansão territorial à custa de outras cidades gregas era um conceito algo estranho ao mundo grego da época (o que o tirano só parcialmente terá superado, como se verá através das características que esse poder assumiu)⁽²⁾. As causas imediatas da agressão de Hipócrates provavelmente nunca serão conhecidas, quer se tenha tratado de mera ambição pessoal, conflitos fronteiriços ou qualquer outra razão desconhecida. O pouco que se sabe sobre a política interna do tirano não permite ir além de especulações sobre uma provável natureza filo-aristocrática do seu poder, o qual, embora sucessor de um poder pessoal (Cleandro) que terá derrubado um regime institucionalmente aristocrático, terá tido suficientes apoios da aristocracia tradicionalista de proprietários da terra (destaca-se em particular o apoio que lhe foi dado por Gélon, sobretudo através da cavalaria, a expressão militar da classe dominante, de que um e outro eram aliás membros) para poucas dúvidas poderem restar sobre o assunto. Não se pode por outro lado ignorar dois aspetos que têm particular relevância face ao relativo imobilismo durante o século VI a. C. acima referido e que têm a ver com a necessidade de satisfazer a procura de terras por parte dos estratos inferiores da cidadania (naturalmente sem ofender os interesses estabelecidos da aristocracia latifundiária) e com os mecanismos de mobilidade social que muito provavelmente foram ativados na ilha no último quartel do mesmo século com a introdução da moeda (e que já se teriam começado a manifestar anteriormente com o crescimento da importância do comércio). Estes dois fatores do âmbito interno poderão de facto ter tido uma forte influência na formação da política externa agressiva, sendo esta concebida como um meio de satisfazer as pressões deles resultantes sem prejudicar os interesses estabelecidos.

Além dos motivos que conduziram à referida expansão territorial interessa compreender a génese da estrutura hegemónica construída por Hipócrates, isto é, a formação e funcionamento do seu sistema de poder. Em primeiro lugar dever-se-á ter presente que a sua força de choque militar não se limitava à cavalaria e infantaria gelanas. A utilização de tropas não gelanas, elemento essencial para compreender o poderio militar do tirano e que deverá ter sido crescente até aos confrontos com Siracusa, terá certamente exigido riqueza significativa sob forma mobiliária, para cuja disponibilidade a recente introdução da moeda (que na Sicília ocorreu no último quartel do século VI a. C.) nos fornece precisamente um fio

explicativo. Em segundo lugar, o pagamento a tais tropas, eventualmente mercenárias, pressupunha rendimentos que só parcialmente poderiam ser originários da própria Gela.

Interrogando-se sobre as condições de factibilidade da política externa de Hipócrates, Nino Luraghi considera que, não sendo Gela na época uma das principais potências da Sicília grega, a única hipótese razoável para explicar os seus sucessos é que tenha afrontado inicialmente os adversários mais débeis, vindo depois a reforçar-se com as sucessivas vitórias. Complementarmente, o tirano terá utilizado sículos em condições pontuais como aliados, ou com um estatuto intermédio entre aliados e mercenários, os quais possivelmente terão aceitado como pagamento ou compensação o saque das localidades de passagem das tropas⁽³⁾.

Relativamente ao pagamento das restantes tropas mercenárias, ou também com estatuto de aliados ou intermédio, são conhecidas várias instâncias em que Hipócrates se poderá ter apoderado de recursos de cidades conquistadas, como é o caso de Leôncio e Naxos, em que a conhecida cessação de emissões monetárias no início do século V a. C. poderá ser devida não a uma perda de independência política, que formalmente parece não ter ocorrido, mas porque os recursos necessários às mesmas terão sido absorvidos pelo tirano. Esta hipótese coloca igualmente a questão da regularidade das fontes de rendimento de Hipócrates, concretamente se terão ou não assumido a forma de tributo sobre as cidades conquistadas, questão a que não é possível responder, mas para a discussão da qual há que ter em conta o episódio relativo à perda de controlo sobre Zancle⁽⁴⁾. Esta foi de facto uma ocasião em que o tirano, chamado em socorro por Cites (de acordo com Luraghi e outros estudiosos, um tirano local colocado no poder por Hipócrates após a conquista, com o estatuto de aliado e como tal funcionando como uma espécie de «vice-tirano»), que havia perdido o controlo da cidade na sequência de um ataque de cidadãos de Samos instigados por Anaxilas de Régio, optou por um acordo com estes últimos, entregando-lhes o até então aliado e deixando-lhes a cidade em troca de metade dos bens e dos escravos que nela se encontravam, reduzindo ainda à escravatura a totalidade do exército de Zancle à exceção de trezentos cidadãos eminentes.

O estatuto das tropas gregas não gelanas utilizadas por Hipócrates, por outro lado, permanece uma questão em aberto, parecendo de facto demasiado simplista qualificá-las como mercenárias. O contexto da época, com a invasão persa da Ásia Menor e o conseqüente êxodo de popula-

ções gregas para ocidente, não pode ser ignorado. Cites, possivelmente originário da Ásia Menor ou da ilha de Cós no Egeu, não terá sido o único grego dessas paragens utilizado por Hipócrates como «vice-tirano». Ainda segundo Luraghi, o Enesidemo referido em Heródoto⁽⁵⁾ era originário de Rodes e desempenhou aquela função em Leôncio também por conta de Hipócrates. Praxíteles de Mantineia é outro grego originário de uma região (Arcádia) que na época fornecia inúmeros soldados de ventura e que esteve ao serviço de Hipócrates. Todos eles eram personagens de alguma importância que valiam sobretudo pelas forças militares que traziam consigo e que, independentemente de não se terem fixado definitivamente na Sicília, regressando à sua origem (como foi o caso de Cites e Enesidemo), não podem deixar de ser vistos numa perspectiva próxima dos colonos que nos séculos anteriores tinham como objetivo a criação de uma nova cidade.

A expansão territorial à custa de outras cidades gregas era, conforme acima referido, um conceito estranho ao mundo grego da época, compreendendo-se assim que – à exceção de áreas contíguas ao território de Gela como Caltagirone, San Mauro e Morgantina, apenas habitadas por sículos ou em que o predomínio político calcídico não era assumido formalmente – o domínio imperialista de Hipócrates se afirmasse através de ficções como estatutos formais de aliança com cidades governadas por tiranos que de facto eram homens de confiança seus (formando-se assim estruturas de controlo indireto). Assim, as suas conquistas não criaram um Estado territorial politicamente unitário nem comunidade de cidadania ou de instituições. Tudo isto é também verdade até certo ponto para Camarina, e só até certo ponto porque, tendo sido esta pólis refundada como colónia de Gela, em princípio as instituições desta seriam por ela adotadas.

De facto muitas dúvidas existem sobre esta refundação, em primeiro lugar porque as fontes literárias tendem a confundir um eventual papel de Gélon nos acontecimentos militares que precedem a cedência da pólis a Hipócrates com o despovoamento que aquele posteriormente ordenou com a transferência de cidadãos para Siracusa (Camarina haveria de ser refundada ainda uma terceira vez em 461 a. C., já após a queda dos Dinoméidas); em segundo lugar porque não são conhecidas as amplitudes do repovoamento de iniciativa de Hipócrates e do despovoamento que o antecede (o que resulta da acima referida batalha de Hirmino em 553 a. C., em que Siracusa venceu a colónia rebelde).

É de qualquer modo significativo que o território de Camarina tenha sido cedido a Hipócrates após a sua vitória na batalha de Eloro⁽⁶⁾, e que este, agindo como *oikista*, a tenha repovoado. Luraghi, que analisa longamente esta questão⁽⁷⁾, julga poder concluir que a refundação de Hipócrates tivesse comportado um novo afluxo de população, embora provavelmente não um total repovoamento, e que os novos colonos só parcialmente fossem de origem gelana. Parte da população, em número significativo, seria constituída pelos anteriores habitantes, ou parte deles, havendo ainda uma terceira parcela de outras origens (o corpo de soldados de ventura a que pertenceria Praxíteles de Mantinea, os «refugiados» da Ásia Menor, numa palavra os gregos que habitualmente são referidos como mercenários).

A refundação de Camarina representa assim uma convergência de interesses: por um lado Hipócrates, o conquistador, que adquire o estatuto de *oikista*, garantindo um culto de herói após a morte e o prestígio em vida que lhe está associado e, simultaneamente, encontra uma solução que parece definitiva ao problema da remuneração dos «mercenários»; por outro, os cidadãos deserdados de Gela (e para os que ficam o alívio das pressões sociais correspondentes) e os «mercenários», que adquirem uma nova cidadania e a possibilidade de começar de novo com as terras que lhes são atribuídas.

A batalha de Eloro tem assim como consequência a quebra do vínculo sagrado que unia Camarina a Siracusa e a criação de um novo vínculo, desta vez a Gela. Luraghi coloca a hipótese de Hipócrates se ter apresentado como «libertador» aos antigos cidadãos de Camarina (recordem-se as instâncias em que estes se opuseram a Siracusa), o que teria o efeito de lhe aumentar ainda o prestígio, hipótese consistente com um episódio relatado num excerto do perdido livro X de Diodoro. Neste episódio, que ocorre após a batalha referida e em que são interceptados pelas suas tropas um sacerdote e alguns cidadãos de Siracusa que haviam subtraído de um templo próximo algumas dedicatórias de valor considerável, Hipócrates manda-as recolocar no seu local a fim de granjear a boa vontade dos deuses ou para mostrar aos siracusanos o seu sentido de justiça (em contraste com a iniquidade e a cupidez dos seus governantes)⁽⁸⁾.

Outra implicação ideológica da refundação de Camarina sublinhada por Luraghi deriva da importância das emissões monetárias da colónia⁽⁹⁾, a única cidade sob domínio de Hipócrates, além de Gela, a dispor

de autonomia para o fazer, como se precisamente o tirano estivesse interessado em sublinhar tal autonomia, e evidenciar a sua liberdade e independência, no pleno respeito do direito colonial. A essa importância acresce o motivo da primeira série das emissões (ver figura 2), com um elmo coríntio aposto num escudo de hoplita numa das faces e uma palmeira e um par de grevas na outra, aludindo provavelmente à vitória na batalha de Eloro e sublinhando assim o seu significado na fundação da cidade.

Fig. 1 – Didracma de Camarina (cerca de 490 a. C.)



Fonte: Numismatica Ars Classica NAC AG.

2. Gélon, Téron e Anaxilas

A morte súbita (em batalha contra os Sículos) de Hipócrates em 491-490 a. C. cria uma situação de instabilidade nos territórios que por ele eram controlados⁽¹⁰⁾:

– A sua sucessão parece discutir-se entre Gélon, que desempenhava as funções de comandante da cavalaria, e Enesidemo, vice-tirano de Lêoncio, enquanto a oposição aristocrática tenta tirar partido da situação para restaurar a situação anterior à tomada de poder por Cleandro e Hipócrates. Gélon, à cabeça do exército que se encontrava em Hibla, onde Hipócrates havia encontrado a morte, e afirmando agir em nome dos filhos deste, desbarata em batalha essa oposição e força Enesidemo a optar pelo regresso a Rodes. A partir deste momento o poder de Gélon parece incontestado em Gela, não havendo ulteriores referências das fontes aos filhos de Hipócrates;

– Gela perde o controlo sobre Zancle, dado que Anaxilas de Régio, numa dupla batalha por terra e por mar, consegue derrotar a milícia sâmio/zancleana/gelana, dirigida por Cadmo de Cós, homem de confiança de

Gélon. Anaxilas muda a sua capital para esta cidade, cujo nome altera para Messina;

– Camarina reafirma a sua independência e os laços de carácter meramente pessoal que a ligavam a Hipócrates, recusando a senhoria de Gélon sobre a cidade. Glauco de Caristo, designado como vice-tirano por Gélon com o objetivo de prevenir a revolta ou de a reprimir, é condenado à morte pelos habitantes, e só anos mais tarde, com a deportação destes para Siracusa e a destruição da cidade, Gélon consegue ter mão na situação.

Este período de instabilidade, que poderá ter durado cerca de seis anos até Gélon conseguir controlar Siracusa em 485-484 a. C., é mal conhecido dada a escassez de documentação. A instabilidade teria aliás sido ainda mais pronunciada caso tivesse sido real «a guerra longa e tenaz que Gélon tem que sustentar contra o elemento púnico», que Braccesi e Millino referem, e que segundo estes autores só teria terminado com a vitória de Gélon em Hímera.

Já acima (Parte I) foi referido o antagonismo entre gregos e púnicos⁽¹¹⁾ como o vetor principal nos equilíbrios políticos da ilha até à batalha de Hímera. Esta ideia é controversa, sobretudo quando entendida com características de permanência. A questão é abordada exaustivamente por Emílio Galvagno⁽¹²⁾, que refere hipóteses de situações em que os cartagineses terão intervindo na Sicília em meados do século VI a. C. (campanha de Malco) e cerca de 510 a. C. (como resposta à expedição do príncipe espartano Dorieu em território elímio) mas considera pouco prováveis incidentes⁽¹³⁾ entre forças gregas e cartaginesas em 491-490 a. C., incidentes que poderiam ser os mencionados por Heródoto⁽¹⁴⁾ (combate com os cartagineses e libertação dos *emporía*). A ideia mesma de uma aliança de Cartago e de Xerxes para combater em duas frentes os gregos⁽¹⁵⁾ é considerada hoje, por muitos autores, como uma ficção⁽¹⁶⁾.

Se aquele antagonismo pode não ter sido assim tão fundamental como o diz Asheri será certamente porque outros antagonismos existiram que foram mais importantes. De facto, de acordo com Galvagno, é a propaganda de Gélon que sobrevaloriza o estado de conflitualidade com os cartagineses quando na realidade ele meramente deriva da luta persistente entre as próprias cidades gregas da Sicília. E refere⁽¹⁷⁾:

O tirano Hipócrates, a quem Gélon virá a suceder, havia prosseguido uma política de agressão no respeitante às cidades gregas da Sicília Oriental, onde sem dúvida o perigo púnico era inexistente. A Ocidente

um comportamento semelhante era assumido por Agrigento no concernente a Selinunte e Hímera. Na ilha, os combates tinham a sua origem na conflitualidade entre as póleis sicilianas e, neste contexto, a ação cartaginesa era apenas um dos aspetos das relações que aí se instauraram.

Selinunte, Hímera e Régio aliam-se com Cartago para fazer face à crescente potência imperialista de Téron e Gélon, já antes inaugurada por Hipócrates. A aliança dos tiranos destas póleis com a cidade africana não é fruto de uma imposição... mas de um livre acordo entre as duas partes. Não há... uma agressão cartaginesa... mas alguns tiranos, para escapar ao ataque de outros sicilianos, preferem aliar-se com Cartago que, além disso, no aspeto militar, não constitui na Sicília perigo algum.

É logo no início deste período de instabilidade, cerca de 490 a. C., que Anaxilas investe sobre Zancle e vence Cadmo de Cós, conquistando a cidade. Esta conquista, permitindo entender até que ponto a morte de Hipócrates e a sua sucessão tinham enfraquecido o poderio gelano, é também um elemento essencial para entender as novas relações de força na ilha e os acontecimentos que se vão suceder até à batalha de Hímera.

É em Régio e em 494 a. C., numa cidade que se rege pela legislação calcídica de Carondas, que Anaxilas impõe a sua tirania num contexto pouco claro de política interna, em que certos estudiosos veem conflitos de interesses entre o elemento popular e a aristocracia e em que outros divisam conflitos entre colonos de origem messénica e colonos de origem calcídica. A tirania surgia, por outro lado, num contexto de política externa em que Hipócrates havia assumido o controlo de Zancle e consequentemente ameaçava o *status quo* relativo a uma das principais rotas de comércio mediterrânico, precisamente a que passava pelo estreito, na qual até então as duas cidades, Régio e Zancle, exerciam um controlo conjunto e complementar.

De acordo com Luraghi, a passagem de Zancle ao domínio de Hipócrates através de Cites terá ocorrido o mais tardar em 494 a. C.⁽¹⁸⁾ e terá sido seguida de uma tentativa fracassada da aristocracia regina de restaurar a situação anterior (existe uma dedicatória de armas em Olímpia a celebrar esta vitória de Zancle sobre Régio)⁽¹⁹⁾. Este fracasso, tanto mais traumático quanto confirmava a ruína de uma situação de forte integração a nível económico e institucional que até então tinha existido entre Régio e o mundo calcídico da Sicília, terá causado tão grandes perturbações internas na sociedade regina que acabou por criar condições para que Anaxilas procedesse à instauração da tirania. E, quando surge, a tirania

apresenta-se em rutura com o passado afirmando uma valência cultural messénica⁽²⁰⁾.

Conquistando Zancle, Anaxilas funda uma nova Messénia (Messina) e institui nela cultos messénicos ou messenizantes e tenta apagar tudo o que tivesse a ver com a hereditariedade cultural da Zancle calcídica. Mas a nova Messénia não terá sido provavelmente povoada de messénios e mesmo em termos culturais a messenização terá estado longe de ser completa quando se sabe que aspetos tão fundamentais como os documentos oficiais, as moedas e dedicatórias a Olímpia continuam a ser redigidos no dialeto calcídico. O tirano terá provavelmente recrutado soldados em vários pontos do mundo grego, eventualmente também messénios, com a promessa de os instalar na cidade a refundar e, também provavelmente, os terá utilizado na conquista de Zancle. A refundação da cidade com a instalação de novos colonos, ou colonos-mercenários, terá assim seguido o exemplo de Camarina e, tal como Hipócrates, Anaxilas terá assumido o papel de fundador ligando a si os colonos com uma relação de fidelidade pessoal e utilizando-os posteriormente nas suas expedições militares. Ao mesmo tempo, a fundação de Messina terá conferido a Régio o papel de metrópole⁽²¹⁾.

Após a vitória sobre Cadmo de Cós, isto é, sobre Gélon, Anaxilas haveria ainda de tentar ampliar a sua glória aumentando o seu poderio no Tirreno através da instalação de uma base naval que visava defender o estreito das incursões dos piratas etruscos e de uma campanha militar vitoriosa (celebrada por dedicatórias em Olímpia) contra Lócride, no sul da Itália. Os próprios testemunhos arqueológicos, segundo Luraghi, documentam aparentemente uma tendência à expansão do Reino do Estreito, como foi então conhecido, através de territórios que o colocavam inevitavelmente em choque com Lócride⁽²²⁾.

Vitória sobre Gélon e fundação de Messina, peso militar acrescido na costa tirrénica e vitória sobre Lócride, são eventos que traduzem o apogeu da tirania de Anaxilas, uma das maiores potências do ocidente mediterrânico no dizer de Luraghi e que é simbolizado pela vitória olímpica de 484 a. C. e pelas novas emissões monetárias.

É neste ambiente triunfal que terá amadurecido o sistema de alianças que haveria de conduzir a Hímera e cujo primeiro elemento terá sido o casamento entre Anaxilas e Cidipe, a filha do tirano daquela cidade, Terilo, o qual na altura (após 488 a. C.) já se sentiria ameaçado por Térón, o tirano de Agrigento.

*

* *

Como já se referiu, Téron, o personagem de maior destaque da casa dos Eménidas, assumiu o poder cerca de 488 a. C., num momento em que Minoa já havia sido conquistada por Agrigento e em que esta cidade estava em plena expansão no sentido de Hímera, procedendo à ocupação do território numa perspetiva fundamentalmente político-militar. Agrigento era uma cidade próspera⁽²³⁾, com uma apreciável riqueza circulante traduzida pelo enorme volume das suas emissões monetárias, pela acumulação de valores nas caixas dos santuários e pelo desenvolvimento de um programa de obras públicas (em que neste período se destacam a renovação do santuário das divindades ctónicas e a construção do templo A).

Esta riqueza provinha de uma economia agrícola provavelmente ainda pouco diversificada⁽²⁴⁾, em que predominariam os cereais. Van Compernelle nada refere de explícito sobre a exportação destes produtos da terra, mas não se vislumbra outra possibilidade de a cidade obter os metais necessários às emissões monetárias sem uma significativa atividade mercantil (a criação de cavalos, também com atividade exportadora, é igualmente uma possibilidade que aquele autor não refere). Seja como for, Téron ter-se-á sabido aproveitar da ameaça que uma nova situação social e política, derivada dessa expansão económica, terá feito pesar sobre o regime aristocrático existente para se instalar no poder⁽²⁵⁾.

Desde a tomada de poder por Téron até à conquista de Hímera nada de concreto nos é transmitido pelas fontes literárias sobre Agrigento, exceto a referência ao casamento da filha de Polizelo, irmão de Gélon, com aquele tirano. Ora este casamento, que segundo Van Compernelle e outros estudiosos terá ocorrido em 485 a. C., constitui mais um elemento na política de alianças entre tiranos, a qual neste momento poderia contudo não visar especificamente a situação que se desenvolvia no sentido da conquista de Hímera. Isto porque outras situações de confronto existiam que envolviam as duas casas tirânicas.

*

* *

No que respeita a Gélon, é de facto cerca de 485 a. C. que se desenrolam os últimos episódios relativos à revolta de Camarina e é também neste período que o tirano intervém em Siracusa e submete esta

cidade ao seu domínio (no caso da pouco clara guerra dos empórios, ou *combate com os cartagineses e libertação dos emporia* citado por Heródoto conforme acima referido, caso ela tenha realmente ocorrido, é improvável também que o seu desfecho seja posterior a esta data). Gélon ter-se-á aproveitado de uma *stasis* em Siracusa conducente à expulsão dos *gamorói*, a classe aristocrática detentora da propriedade das terras, pelas classes mais baixas da cidade, entre as quais os *kiliriói*, escravos ou servos daqueles. Tendo Gélon intervindo a favor do regresso dos *gamorói*, o povo rendeu-se e entregou-lhe a cidade⁽²⁶⁾.

Esta intervenção de Gélon não terá sido, de acordo com Luraghi e outros estudiosos, no sentido da reintegração pura e simples dos *gamorói* nas suas prerrogativas anteriores, sendo provável que o tirano tenha procurado apresentar-se como um mediador acima das partes. Em vez de restaurar aqueles nas suas anteriores posições, Gélon terá «refeito a cidade de alto a baixo, modificando a organização do território e alterando a composição do corpo cívico»⁽²⁷⁾.

A nova organização do território de Siracusa e a alteração do seu corpo cívico por Gélon são elementos da refundação da cidade, que teria portanto ocorrido em 485 a. C.⁽²⁸⁾. Nova organização do território, em primeiro lugar, porque Siracusa passou a englobar áreas adjacentes que anteriormente integravam Camarina, Megara Hibleia e Eubeia⁽²⁹⁾. Alteração do corpo cívico, porque o tirano fez deslocar para Siracusa (integrando-os na respetiva cidadania) os cidadãos de Camarina (que foi destruída), os aristocratas de Megara Hibleia e Eubeia e mais de metade dos cidadãos de Gela (de acordo com Heródoto), tendo ainda atribuído (segundo Diodoro, embora não haja a certeza que o tenha feito neste período) a cidadania siracusana a dez mil mercenários.

Estas medidas, de força segundo Heródoto, juntamente com o destino dado à plebe de Megara e de Eubeia, vendida em escravidão, são objeto de relativização por Luraghi, que considera tendenciosa a descrição daquele historiador. Luraghi apoia-se para o efeito em várias outras fontes, algumas primárias, sublinhando a verosimilhança de uma refundação de facto, com o recurso, pelo menos formal, por parte do tirano, a práticas do direito colonial grego. Assim, em particular, a sua proclamação de um reforço colonial dirigido a gregos de estirpe dórica⁽³⁰⁾ e a integração na cidadania siracusana de cidadãos oriundos de várias áreas do mundo grego. Estranhas contudo ao direito colonial, embora não forçosamente desprovidas de formalismo jurídico, foram as medidas

próximas de um sinecismo que juntaram populações e territórios numa única pólis: Siracusa⁽³¹⁾.

Quanto aos *gamorói*, tudo parece indicar terem-se diluído no novo corpo cívico, perdendo obviamente as suas prerrogativas políticas anteriores. Mesmo em termos de manutenção dos respetivos direitos de propriedade, e embora não haja elementos nas fontes que possam informar-nos sobre a questão, é pouco provável que não tenham sido afetados. Luraghi tem a opinião, a esse respeito, que as terras de Camarina e Megara não só teriam sido insuficientes para satisfazer a massa dos novos cidadãos como seria impensável que Gélon atribuísse aos mercenários, a base do seu poder, terras tão periféricas relativamente a Siracusa. São referidas por outro lado algumas indicações de que existiria na Siracusa geloniana uma assembleia geral a que teriam acesso todos os cidadãos, tendo a população provavelmente sido dividida segundo as tribos dóricas tradicionais e havendo ainda articulações institucionais de nível inferior tendentes a misturar os cidadãos antigos com os novos (de modo a evitar a formação de focos de oposição).

Utilizar os mercenários como base de poder, jogar com as aspirações de indivíduos que procuravam uma nova cidadania e o suporte económico correspondente, terá sido para Gélon uma solução eficaz e só falha de originalidade porque Hipócrates já a ela tinha recorrido. O tirano terá assim sabido ligá-los a si através de uma relação de fidelidade pessoal, esconjurando ao mesmo tempo a ameaça que o soldado mercenário habitualmente fazia pesar sobre as *poleis* que os empregavam uma vez que o objetivo que tinha levado à respetiva contratação havia sido atingido ou de algum modo superado. De facto, conferida a cidadania e atribuídas terras aos soldados de ventura, estes fixavam-se e o próprio soldo, motivo habitual de conflito, podia deixar de ser pago.

Gélon parece ter sabido ir além do estabelecimento de relações de fidelidade pessoal e terá criado um círculo de colaboradores, naturalmente de origem aristocrática, que se comprazia em alardear a sua nova cidadania em contraste com a de nascimento, o que evidencia o valor do novo estatuto atingido⁽³²⁾.

A capacidade militar de Gélon, que era já certamente considerável antes da sua transferência para Siracusa, deverá assim ter sido no imediato consideravelmente reforçada. Nas vésperas da batalha de Hímera, recebendo a embaixada grega que o convidava a aderir à liga anti-Xerxes, o tirano gabava-se de estar preparado para fornecer à coligação duzentas

trirremes, vinte mil hoplitas e seis mil soldados auxiliares, sob condição de ele próprio ser nomeado comandante supremo das forças gregas contra a Pérsia⁽³³⁾. Por outro lado, as forças que o acompanharam a Hímera teriam atingido cinquenta mil soldados de infantaria e mais de cinco mil cavaleiros⁽³⁴⁾. Não obstante estes valores estarem provavelmente inflacionados (pelo próprio Gélon, pelos historiadores ou pelas suas fontes) – o que se torna mais evidente quando se sabe que tanto Heródoto como Diodoro referem valores de trezentos mil ou mais bárbaros (o que claramente é um exagero, como exagero é a avaliação dos efetivos do exército persa invasor) que constituiriam o exército cartaginês que sitiou Hímera – há razões para crer que efetivamente as forças ao dispor de Gélon eram consideráveis, tanto no contexto siciliano como no contexto das pólis gregas da época.

Sobre os pormenores da batalha⁽³⁵⁾ nada de especial há a reter exceto que Diodoro aproveita a ocasião para glorificar o seu herói, o que constitui apenas um dos elementos da impressão geral transmitida por Luraghi de que não há praticamente nenhum particular das narrativas de Heródoto e Diodoro respeitantes a Gélon em que não existam, ou pelo menos não se possa suspeitar da presença de, intenções deformantes⁽³⁶⁾. O significado político, estratégico, da batalha, por outro lado, é questão da maior importância para ilustrar não só a política interna siciliana, nomeadamente as relações entre os poderes tirânicos, mas também a política internacional da época.

A data da conquista de Hímera por Téron, que não é conhecida com exatidão, deve ter-se situado cerca de 483 a. C.. Esta conquista implicou o exílio do tirano Terilo, que naturalmente terá feito valer a sua aliança com Anaxilas, e terá posto em marcha a política dos blocos, do lado de Terilo e Anaxilas os selinuntinos e os cartagineses, do lado de Téron o tirano de Siracusa. As motivações de cada um destes atores contribuem para iluminar o conjunto dos acontecimentos:

- Para Téron interessava manter a política de conquistas territoriais que já vinha do tempo de Fálaris, primeiro para montante do rio Salso, depois para ocidente, conquistando a bacia do rio Platani até Minoa e ameaçando Selinunte. Prosseguia agora para norte até Hímera e, por essa via, não se sabe até que ponto inspirada por Gélon, com objetivos para além dos territoriais: a disponibilidade de um porto de mar com acesso ao Tirreno.

- Para Anaxilas tratava-se de confirmar a recente ascensão da sua tirania a grande potência do ocidente mediterrânico, conforme acima referido, e naturalmente a sua capacidade para conduzir uma política independente.
- Selinunte, por outro lado, ameaçada por Téron, via numa eventual desforra a possibilidade de se manter como pólis independente.
- Quanto aos cartagineses, que controlavam as rotas comerciais do Tirreno e a da costa ocidental siciliana, além de manterem boas relações com Anaxilas, que controlava a via do estreito de Messina, a sua política era claramente a de conservar o seu *acquis* e portanto impedir o aparecimento de concorrentes indesejados, como seriam Agrigento e, sobretudo, Siracusa. Dada a evolução recente que tinha colocado Hímera nas mãos dos tiranos aliados, havia que repor a situação anterior a todo o custo sob pena de este porto poder ser utilizado como testa de ponte para a construção do poderio naval tirrénico dos seus adversários. Sobre a hipótese de uma aliança anti-grega entre Cartago e Xerxes, trata-se muito provavelmente, conforme acima referido, de uma mera ficção construída no século IV a. C..
- Gélon, por seu lado, creditado com intenções friamente calculistas privadas de qualquer escrúpulo, um verdadeiro príncipe «pré-maquievélico», já com uma política interna, tanto em Gela como em Siracusa, astutamente equilibrada entre ostentações democráticas e conivências aristocráticas e no prosseguimento de uma política de afirmação e conservação de um poder pessoal e familiar⁽³⁷⁾, surge-nos como uma éminence grise de Téron, ainda para mais dotado de poder próprio e superior ao deste. Já desde os seus tempos de tirano de Gela, Gélon teria feito uma tentativa de inserção na política tirrénica com um fornecimento de cereal (491-490 a. C.) à jovem República Romana, precisamente quando tal fornecimento havia sido negado pelos Volscos e pelos Cumanos⁽³⁸⁾. Se bem que esta perspetiva conspirativa de longo fôlego atribuída a Gélon possa ser exagerada, a verdade é que o desenrolar dos acontecimentos e as referências de Heródoto à libertação dos *emporía* se conjugam para atribuir ao tirano um objetivo sistemático de domínio das rotas comerciais e de remoção dos entraves à liberdade comercial.

Sucessor de Hipócrates, Gélon parece assim ter corrigido a orientação deste tirano, que havia privilegiado uma expansão territorial à imagem de Fálaris várias décadas antes, só que ampliando o respetivo horizonte ao conjunto da ilha. Agora Gélon, já senhor de Siracusa, vê mais longe e perspetiva uma política tirrénica, e mesmo mediterrânica, que para já passa por Hímera e pelo estreito de Messina. Só que nesta via encontra não sobretudo Sículos e Sicanos como até aí tinha acontecido com Fálaris, Terón e também Hipócrates, mas Cartago e, a prazo, etruscos. De menor importância parece ser descobrir o que esteve por detrás da nebulosa questão da libertação dos *emporía*, se houve efetivamente combates com os cartagineses (ou meros movimentos de tropas, ou incidentes «fronteiriços», ou cercos de cidades sem outras consequências), se tais combates ocorreram logo na década de noventa e se a vingança da morte de Dorieu ou outros incidentes⁽³⁹⁾ foram mais do que pretextos para conquistar posições comerciais. O que é significativo é que estas novas preocupações, relacionadas com a conquista de mercados para os produtos sicilianos, a segurança dos aprovisionamentos e o controlo do respetivo comércio, passaram a estar na ordem do dia. E a isto não é certamente estranha essa nova forma de acumular riqueza e de mover influências, a moeda, que surgiu na Sicília precisamente duas ou três décadas antes.

No que respeita aos cartagineses é difícil ver nas suas motivações mais que o desejo de manter as posições adquiridas e que eram naturalmente ameaçadas pela política dos tiranos. Não só o controlo do comércio em si, mas igualmente as suas posições territoriais na Sicília que eram um dos suportes daquele.

A este respeito refere-se⁽⁴⁰⁾ como tendo cada vez mais crédito a velha tese niebuhriana que via em Cartago um Estado não deliberadamente virado para conquistas territoriais nem para a guerra e sublinha-se o objetivo púnico de defender uma rede comercial de interesse vital para a sua prosperidade, observando-se:

- A inexistência de praças-fortes ou de ocupações militares
- Pouca propensão para a integração de áreas adjacentes na sua organização político-administrativa
- Respeito das autonomias locais
- Quase nula penetração cultural nas áreas interiores adjacentes às suas cidades costeiras.

O antagonismo entre gregos e púnicos já referido como o principal vetor nos equilíbrios políticos até à batalha de Hímera⁽⁴¹⁾ não teria assim qualquer base quando entendido numa ótica «racial» ou «nacionalista», ganhando mais peso a opinião acima de Galvagno quando refere que é a propaganda de Gélon que sobrevaloriza o estado de conflitualidade com os cartagineses. Aliás essa propaganda, fortalecida e justificada pelos acontecimentos que entretanto ocorrem mais a oriente com a invasão persa (e ampliada posteriormente⁽⁴²⁾ por Antíoco, Éforo, Timeu, Diodoro,...), já é claramente visível em Heródoto⁽⁴³⁾, não obstante os preconceitos deste relativamente ao tirano, sendo disso expressão não só a referida capacidade militar que lhe é atribuída mas também a sua própria arrogância, com um discurso para com a delegação grega feito antes da batalha de Hímera⁽⁴⁴⁾ em que se exprime como se ela já tivesse sido combatida e vencida⁽⁴⁵⁾.

A batalha parece pois ter tido um significado múltiplo: a Sicília tinha-se tornado demasiado pequena para a ambição da maior potência insular e as formas de concretizar o poder já não passavam exclusivamente pelo domínio territorial, expressando-se antes em termos de controlo económico e de influência ideológica.

Para Gélon, o que contava era uma *realpolitik* de defesa a prazo dos próprios interesses, estratégia que resulta claramente das condições de paz que estava em condições de ditar. A vitória foi aparentemente tão esmagadora que o tirano teria certamente condições para expulsar os cartagineses da Sicília mas foi outra a sua preocupação: limitar o poder do seu aliado agrigentino, impedindo amputações dos territórios dos derrotados que pudessem beneficiar Téron e criando as premissas de uma futura aliança entre Selinunte e Siracusa em função anti-agrigentina que passaria a ser uma constante da política siciliana ao longo do século⁽⁴⁶⁾.

Extremamente significativo e no mesmo sentido, conforme também refere Luraghi, é o facto de Gélon não impor a Anaxilas a restituição de Zancle-Messina, contentando-se com a liberdade de comércio através do estreito e naturalmente o estatuto de inferioridade deste tirano. Vantagens imediatas, por outro lado, não faltaram: a disponibilidade de vastos contingentes de mão-de-obra escrava, constituída pelos prisioneiros de guerra, que permitiram a Téron a implementação de um vasto programa de obras públicas, e o pagamento de uma considerável indemnização de guerra por parte dos cartagineses.

A afirmação do tirano de Siracusa em termos ideológicos, por outro lado, teve lugar internamente logo a seguir à vitória, com a imposição aos cartagineses, segundo Diodoro, da construção de dois templos gêmeos (com projeto comum) destinados a abrigar cópias do tratado de paz, o primeiro dos quais em Hímera (o atualmente designado *Tempio della Vittoria*) e o segundo em Siracusa (o *Athenaion* dórico), salientando Luraghi ser significativo que o primeiro tenha sido construído em Hímera e não em Agrigento, o que traduziria uma apropriação da vitória pela parte siracusana (LURAGHI, 1994: pp. 319-320). Também internamente Gélon mandou construir ou apenas restaurar e introduzir melhoramentos, com o fruto do saque, nos templos dedicados a Deméter e Cora.

O tirano terá por outro lado sentido que o seu prestígio no mundo grego, eventualmente atingido pela sua não participação na guerra contra Xerxes, poderia ser defendido e mesmo reforçado através de políticas apropriadas de ofertas votivas e de participação nos Jogos conduzidas nos santuários pan-helénicos e uma política de proteção a poetas de corte e outros autores. Estas políticas utilizaram uma propaganda tendente a sobrevalorizar o adversário cartaginês, a mostrá-lo equivalente ao inimigo persa, a evidenciar conluios entre um e outro, o que é visível mais por fontes tardias, como por exemplo Diodoro, do que por autores mais próximos dos acontecimentos, cujas obras se terão perdido na sua maior extensão⁽⁴⁷⁾.

De entre as ofertas votivas aos santuários destaca-se, pela sua magnificência, uma trípode e uma *nike* em ouro (Delfos) com dedicatórias, conforme referem Diodoro e Ateneu, colocadas perto dos monumentos erigidos pelas vitórias de Salamina e Plateias⁽⁴⁸⁾, quando até então os únicos donativos em ouro no santuário provinham dos reis lídios (Creso e Giges). Destaca-se ainda, segundo Pausânias, a oferta de uma grande estátua de Zeus e três couraças em linho, que se incluíram no designado *thesauros* dos cartagineses em Olímpia.

Notas

⁽¹⁾ Heródoto 7.154.

⁽²⁾ LURAGHI, 1994: 119-186.

⁽³⁾ LURAGHI, 1994: 165-176.

⁽⁴⁾ Heródoto 6.23.

⁽⁵⁾ Heródoto 7.154.

⁽⁶⁾ Tucídides 6.5.3.

⁽⁷⁾ LURAGHI, 1994: 159-173.

⁽⁸⁾ LURAGHI, 1994: 159.

⁽⁹⁾ LURAGHI, 1994: 171-172.

⁽¹⁰⁾ BRACCESI; MILLINO, 2000: 67-70.

⁽¹¹⁾ Ver ASHERI, 1992: 147.

⁽¹²⁾ GALVAGNO, 2000: 15-63.

⁽¹³⁾ Referidos por uma fonte antiga: Justino, século II d. C.

⁽¹⁴⁾ Heródoto 7.158. Em GALVAGNO, 2000: 15-26, é feita uma análise extensa desta problemática, sendo em particular indicadas três séries de estudos em que a questão da eventual 1ª guerra púnica de 491-490 a. C. é abordada consoante os autores negam a sua existência, redimensionam os respetivos acontecimentos ou consideram que ela efetivamente teve lugar.

⁽¹⁵⁾ Diodoro 11.20, que terá ido buscar tal ideia a Éforo ou a Timeu ou ainda a Antíoco de Siracusa.

⁽¹⁶⁾ DEVILLERS, 1998: 149-167.

⁽¹⁷⁾ GALVAGNO, 2000: 56.

⁽¹⁸⁾ LURAGHI, 1994: 132-133 e 137. Zancle terá sido posteriormente conquistada (em 494 ou 493 a. C.) por jónios de Samos, instigados por Anaxilas. Esses jónios haviam sido convidados pela própria cidade de Zancle – provavelmente antes da conquista por Hipócrates – a fundar uma colónia em território próximo (Heródoto 6.22-24), mas terão chegado à zona com a situação política já alterada. Terá sido Anaxilas que os terá convencido a conquistar Zancle, no quadro do seu propósito de restaurar a sua influência sobre o estreito.

⁽¹⁹⁾ LURAGHI, 1994: 138-142 e 191.

⁽²⁰⁾ LURAGHI, 1994: 187-206. Segundo a análise de Luraghi, há uma passagem de Estrabão de acordo com a qual a classe dirigente regina teria sido desde sempre de extração messénica, o que à primeira vista permitiria apresentar a tirania numa ótica de continuidade e não de rutura e ver como credível uma oposição étnica calcídica-messénica, ou seja jónia-dórica, eventualmente de contornos classistas. O que é certo contudo é que, não obstante na fundação da cidade ter existido um grupo de nobres messénicos (e tenha havido nos tempos subsequentes reforços de colonos da mesma origem em função das guerras travadas no Peloponeso com Esparta), os dois oikistas eram originários de Cálcis e Zancle, a legislação da cidade era calcídica (conforme já referido acima), e é um facto que em toda a época arcaica o elemento messénico de Régio poucos vestígios da sua presença deixou. Ainda segundo Luraghi, o alfabeto e o dialeto documentados pelas inscrições arcaicas de Régio não se diferenciam de modo significativo dos das outras colónias calcídicas, não havendo nada na epigrafia regina arcaica que possa ser atribuído com alguma certeza à influência da componente messénica. Mas, conforme se referiu, a tirania apresenta-se em rutura com este passado calcídico e o próprio Anaxilas se apresenta a si próprio como messénico de origem. Esta afirmação de uma valência messénica que só pode ser entendida como cultural, ideológica, e de a mesma ser inclusivamente projetada no passado, deixando outra – a não fictícia, a calcídica – na sombra, tem sido interpretada como ditada por preocupações de política externa, uma clara reivindicação de autonomia relativamente ao mundo calcídico, sobretudo a Zancle (relativamente à qual Régio era quase uma subcolónia, dado um dos seus oikistas ter tido origem naquela cidade).

⁽²¹⁾ Segundo Luraghi, desta transformação de relações entre as duas cidades terão ficado alguns vestígios no âmbito cultural, em particular o envio anual a uma festa religiosa em Régio de um coro de rapazes (o que seria um dos deveres de «piedade filial» das colónias para com as suas metrópoles) e uma possível transplantação do culto de Artemísia Facelina no território de Régio no ato de fundação de Messina.

⁽²²⁾ LURAGHI, 1994: 206-224. Uma política imperialista de conquista, a refundação de uma cidade e a utilização de colonos-mercenários, a multiplicação de dedicatórias em Olímpia, tudo em Anaxilas faz pensar em Hipócrates, que assim terá fornecido o exemplo e o modelo. A política monetária, por outro lado, traduz alguma adaptação a um mundo que se globaliza progressivamente mas apresenta também um aspeto de afirmação ideológica que poderá ter sido pioneiro. Assim, logo após a refundação de Messina, Anaxilas dá início nesta cidade a emissões monetárias superiores em volume às de Régio – certamente motivadas pela necessidade de pagar os soldos aos mercenários – mas ao mesmo tempo adotando os motivos tradicionais desta última cidade, o leão e o vitelo, o que traduz a subordinação daquela, ou melhor da antiga Zancle, a esta. Mas, também com a refundação da cidade, o tirano procede a uma reforma ponderal que em duas etapas faz transitar o sistema monetário da sua primitiva referência calcídica para a então mais adotada, incluindo pela maioria das pólis da Sicília, referência euboico-ática (o que significa a adoção de idênticos valores aos das moedas mais utilizadas no mundo grego, ou seja uma necessidade prática para as trocas comerciais). Por outro lado após 484 a. C. (segundo alguns autores 480 a. C.), e como comemoração da sua vitória na corrida de carroças puxadas por mulas nos Jogos Olímpicos, Anaxilas introduziu um novo motivo nas emissões monetárias, precisamente a triunfante carroça de mulas (com uma lebre na outra face, o que tem levado a várias interpretações mas que poderá significar apenas o mais óbvio, que é «ser mais veloz», uma afirmação de superioridade), motivo que para Luraghi e para vários outros autores representa, no mundo grego, a primeira referência pessoal clara e inequívoca numa moeda, quase que um símbolo de poder real (em contraposição ao símbolo cívico que era representado pelo leão e pelo vitelo). A utilização de um motivo pessoal havia sido, segundo um autor referenciado por Luraghi (JENKINS J. K., *The Coinage of Gela*, Berlin: De Gruyter, 1970), feita primeiro por Hipócrates com a moeda do cavaleiro armado, de Gela. Outros autores apresentam explicações diferentes (o cavaleiro representaria os mercenários pagos com as moedas ou os *gamorói*, os proprietários da terra detentores do poder). Ainda próxima de Jenkins, a interpretação em ROSS HOLLOWAY, 2000: 125-126, que a considera uma referência ao poder da cavalaria gelana, ou mesmo uma alusão ao próprio Hipócrates, dado o significado do seu nome, «cavalo poderoso», explorando o motivo não a favor da cidade mas do seu governante.

⁽²³⁾ LURAGHI, 1994: 234-235.

⁽²⁴⁾ De acordo com VAN COMPERNOLLE, 1992: 61-75, a introdução de uma política agrícola orientada para a plantação da vinha e da oliveira e mesmo outras árvores de fruta é posterior a este período, tendo sido iniciada após a batalha de Hímera.

⁽²⁵⁾ A prosperidade fabulosa de Agrigento, que as fontes primárias transmitem, terá tido início, segundo pelo menos uma delas (ver LURAGHI, 1994: 235), imediatamente após a queda de Fálaris, o tirano «cruel», «monstruoso», como era considerado nos tempos da ascensão dos Eménidas. Fálaris dominou a nova colónia durante dezasseis anos e o seu derrube, associado à afluência nascente, é atribuído, pela propaganda eménida segundo Luraghi, a Telémaco, bisavô de Téron, que teria instituído um regime monárquico mas constitucional (as fontes de maior confiança permitem na realidade inferir apenas que a Fálaris tenha sucedido um regime aristocrático, mais provavelmente de natureza timocrática). Assim, a um regime ilegítimo, o de Fálaris, teria sucedido um regime legítimo, o dos antepassados de Téron. Deste modo, este teria procurado (LURAGHI, 1994: 263) «evitar qualquer identificação entre si e Fálaris... e ...através da aversão comum ao tirano... mascarar o mais possível a descontinuidade criada de facto pelo seu regime». A elaboração do mito de Fálaris, que teve a sua primeira forma no século VI, e as suas sucessivas reelaborações

até quase aos nossos dias (ver MURRAY, 1992: 47-60, mas também LURAGHI, 1994: 36-49), constituem aliás manifestações catárticas próprias ao género humano e portanto nada específicas ao período histórico que nos ocupa. O mito em si, em que o touro de bronze em que eram assados os inimigos de Fálaris tinha um papel central, as suas conotações antropofágicas e sacrificiais, as relações com o mito de Minos, Dédalo e Cócalo, e com cultos cretenses e eventualmente ródios, são questões não só extremamente interessantes em si próprias mas também relevantes em termos explicativos da evolução da Agrigento arcaica. Pena é, por isso, que não seja possível dedicar-lhes mais espaço neste local. Um outro aspeto de associação com o orgulho cívico dos agrigentinos que a casa emérida terá procurado estabelecer respeita à negação, ou pelo menos desvalorização, das origens gelanas da cidade. O facto de Píndaro, na segunda ode olímpica, se ter feito o porta-voz da origem ródia, aparentemente direta (MUSTI, 1992: 33-35), dos Eméridas, é um bom indicador sobre a ideia que eles próprios se faziam da questão e sobre a importância da afirmação de distâncias relativamente à sua metrópole (tal como no caso de Camarina relativamente a Siracusa). Aliás o encómio dos Eméridas feito por Píndaro vai mais além e atribui-lhes como antepassados o próprio Cadmo, herói mítico da fundação de Tebas, e os Labdácidas (Édipo e o seu pai Laio). São também significativas as referências e exaltações feitas a Hércules e a mitos tebanos nessa segunda ode assim como a mitos e cultos dóricos, mais especificamente espartanos, na terceira ode olímpica, o que, dado o momento (476 a. C.) em que é celebrada a vitória hípica a que correspondem as odes, deve contudo ser objeto de interpretação mais em consonância com o período de euforia então vivido no mundo grego (vitórias contra o invasor persa, com Esparta a desempenhar um papel fundamental).

⁽²⁶⁾ Heródoto 7.155.

⁽²⁷⁾ LURAGHI, 1994: 286-288. Este episódio de *stasis* e posterior reconciliação tem um precedente em Gela e terá envolvido um antepassado de Gélon, Telines, agindo igualmente como intermediário entre as partes em conflito. A fação derrotada, refugiada em Mactório, no interior do território gelano, terá sido convencida a [terá conseguido] regressar à cidade por [através de] Telines, que para o efeito utilizou os objetos sagrados das deusas ctonianas. Como recompensa Telines terá obtido, para si e para os seus descendentes, o direito de usar o título de hierofante, equivalente a sumo-sacerdote, do culto ctoniano (Heródoto 7.153). Em vez de uma oposição aristocratas/plebe poderá neste caso ter-se verificado um conflito entre fações aristocráticas, em particular fações de origem ródia e terense, as quais, dada a ainda relativa proximidade da fundação da cidade, não se encontrariam convenientemente integradas. Telines estaria neste caso particularmente bem adaptado ao papel de mediador dado que, sendo originário da cidade de Telos e não de Creta ou de Rodes, não pertencia nominalmente a nenhuma das fações. Quer Telines tivesse sido realmente um puro mediador estranho a qualquer das partes ou um agente mandatado por uns ou por outros, há um aspeto que interessa realçar que é o da proteção garantida pelos objetos sagrados (LURAGHI, 1994: 120-124) à fação que regressa à cidade, o que portanto exclui o recurso à força armada. Este episódio de regresso sob proteção dos objetos de culto das deusas ctónicas teria assim, segundo Luraghi, todo o aspeto de ser modelado a partir de um ritual religioso, consistente precisamente na recondução em procissão à cidade, num determinado momento do ano, dos objetos sagrados, simbolizando deste modo o próprio regresso das deusas. Através do estabelecimento de um paralelismo entre as duas mediações, a de Telines e a de Gélon, tender-se-ia também a ver este último como pacificador, aquele que traz a concórdia à cidade. A utilidade para o tirano de uma tal interpretação não deixou de conduzir alguns estudiosos a admitir a possibilidade de o episódio de Telines, embora baseado numa tradição familiar pré-existente, ter sido reelaborado *a posteriori* por influência de Gélon.

⁽²⁸⁾ LURAGHI, 1994: 288-304.

⁽²⁹⁾ Eubeia, cuja localização exata não é conhecida, seria, tanto quanto se sabe, não uma pólis autónoma, mas apenas um povoado ou uma fortaleza dependente de Leônio.

⁽³⁰⁾ Tal como referido em Polieno 1.27.3, onde a proclamação é apresentada como um estratagemas para induzir os megarenses a aderir à cidadania siracusana, o que por outro lado contraria a tese de Heródoto da transferência forçada.

⁽³¹⁾ Embora só Camarina, além da própria Siracusa, tenha dado um contributo integral; Mégara e Eubeia contribuíram com os territórios mas apenas parte das populações; Gela apenas com parte da população.

⁽³²⁾ São a este respeito significativos os casos que Luraghi menciona de tais «proclamações» (para além do próprio Gélon que, na base do trípede em ouro dedicado a Apolo pela vitória sobre os cartagineses, mandou escrever: Gélon, filho de Dinómenes, siracusano), feitas da «tribuna» de um santuário panhelénico, Olímpia: (1) uma epígrafe composta de dois dísticos elegíacos gravados sobre dois blocos de mármore, parte de uma base de pouco menos de quatro metros, junto ao ângulo frontal esquerdo do templo de Zeus em Olímpia, a recordar que os monumentos que se encontravam sobre a base tinham sido dedicados por Praxíteles, filho de Crínis, Siracusano, Camarino e nativo de Mantinea; (2) dedicatórias olímpicas, formadas por dois grupos de bronze, compostos cada um por um cavalo e um palafreireiro (conhecimento indireto através de Pausânias), em que Fórmides se definia arcádio de Ménalo, mas agora siracusano; (3) a sexta ode olímpica de Píndaro, dedicada ao vencedor da corrida de carroças puxadas por mulas em 468 a. C. (ou 472 a. C.?), Agésias, de antepassados ilustres, que o poeta refere como sendo responsável pelo altar profético de Zeus em Pisa e apresenta como fundador de Siracusa (há dúvidas sobre a interpretação da passagem: Agésias teria sido descendente de fundadores de Siracusa, ou teria participado na refundação da cidade com Gélon?); (4) declaração de cidadania siracusana nas olimpíadas de 484 e 480 a. C. por Astilo de Cróton, após ter vencido nos Jogos de 488 a. C. pela sua pátria de origem. Astilo era um extraordinário atleta que venceu as corridas de *stadion* e de *diaulos* nas três olimpíadas e conseguiu ainda algumas vitórias na corrida com armas.

⁽³³⁾ Heródoto 7.158.

⁽³⁴⁾ Diodoro 11.21.1.

⁽³⁵⁾ Que está descrita em Diodoro 11.21-22.

⁽³⁶⁾ LURAGHI, 1994: 305.

⁽³⁷⁾ MADDOLI G., *II VI e V secolo a. C.*, citado em SARTORI, 1992: 88.

⁽³⁸⁾ Este fornecimento de cereal é dado como certo por Sartori, que se apoia nas referências concordantes de Tito Lívio e Dionísio de Halicarnasso. Luraghi, não convencido da historicidade do episódio (LURAGHI, 1994: 277), acredita que a referência a Gélon é uma mera ilação de Dionísio e que, de qualquer modo, dadas as diferenças entre cronologias romana e grega, o fornecimento cairia no período siracusano do tirano.

⁽³⁹⁾ Ver acima as referências a GALVAGNO, 2000: 15-63, sobre o assunto.

⁽⁴⁰⁾ SARTORI, 1992: 83.

⁽⁴¹⁾ ASHERI, 1992: 147.

⁽⁴²⁾ Aspeto significativo dessa propaganda é o momento da batalha de Hímera, a qual, consoante as conveniências, se faz coincidir com Termópilas, Salamina ou Plateias.

⁽⁴³⁾ A questão da hegemonia sobre a coligação grega anti-persa, tal como aparece em Heródoto 7.158-161, é discutida em profundidade em GALVAGNO, 2000: 35-48, que considera a passagem do historiador como anacrónica. Tratava-se de saber quem deveria, numa perspetiva ético-política, comandar as forças gregas, questão em que Heródoto opõe o poder (Gélon) à tradição (Atenas e Esparta). Ora esta controvérsia é de atualidade no mundo grego que antecede a guerra do Peloponeso, período em que Heródoto escreve, tratando-se então de aduzir argumentos a favor

da hegemonia de Esparta (a tradição, a história antiga) ou de Atenas (a força, os meios, o poder). Segundo Galvagno, os argumentos a favor da hegemonia de Atenas teriam sido esgrimidos pelos sofistas e não contariam com o acordo de Heródoto, intelectualmente da geração anterior, que defenderia a tradição.

⁽⁴⁴⁾ Heródoto 7.158-162.

⁽⁴⁵⁾ LURAGHI, 1994: 280.

⁽⁴⁶⁾ LURAGHI, 1994: 312 e também SARTORI, 1992: 91.

⁽⁴⁷⁾ Sobre a propaganda de auto-promoção mais direta, que é a que está ligada às vitórias em competições pan-helénicas (que atingiu o seu ponto mais elevado com Híeron), ver, em termos genéricos, o que acima se refere (final da Parte I).

⁽⁴⁸⁾ A intenção de paralelismo (cronologia, localização no santuário, vitória de um só grego – Gélon – contra o bárbaro face a vitórias conseguidas pela liga helénica contra o persa) entre as ofertas de Gélon por Hímera e as da liga helénica pelas vitórias sobre os persas tem vindo recentemente a ser objeto de reexame (LURAGHI, 1994: 321), sendo apresentados argumentos no sentido de essa intenção ter surgido mais tardiamente, com Híeron, e não com Gélon.

Bibliografia

- ASHERI David, «Sicily, 478-431 BC», in *The Cambridge Ancient History*, vol. 5, 2nd ed., 1992, pp. 147-170.
- BRACCESI Lorenzo; MILLINO Giovanni, *La Sicilia Greca*, Roma: Carocci Editore, 2000.
- BRACCESI Lorenzo; DE MIRO E. (eds.), *Agrigento e la Sicilia Greca: Atti della settimana di studio, Agrigento 2-8 maggio*, Roma: L'Erma, 1992.
- DEVILLERS O., «Un portrait "césarien" de Gélon chez Diodore de Sicile (XI, 20-26)», in *Antiquité Classique* 67, 1998, pp. 149-167.
- GALVAGNO Emilio, *Politica ed economia nella Sicilia Greca*, Roma: Carocci, 2000.
- GONZÁLEZ WAGNER Carlos; PLÁCIDO SUAREZ Domingo; ALVAR EZQUERRA Jaime, *La formación de los Estados en el Mediterráneo occidental*, Madrid: Editorial Síntesis, 1991.
- GORINI Giovanni, «The Western Greeks: Coinage», in Pugliese Carratelli, 1996, pp. 223-232.
- GRAHAM A. J., «The colonial expansion of Greece», in *The Cambridge Ancient History*, III Part 3, 1982, pp. 83-161.
- GRAHAM A. J., «The western Greeks», in *The Cambridge Ancient History*, III Part 3, 1982, pp. 163-195.
- LURAGHI Nino, *Tirannidi Archaiche in Sicilia e Magna Grecia: da Panezio di Leontini alla caduta dei dinomenidi*, Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1994.
- MURRAY Oswyn, «Falaride tra Mito e Storia», in Braccesi; De Miro, 1992, pp. 47-60.
- MUSTI D., «Le tradizioni ecistiche di Agrigento», in Braccesi; De Miro, 1992, pp. 27-45.
- OSBORNE Robin, «Hoards, votives, offerings: the archaeology of the dedicated object», in *World Archaeology*, Vol. 36(1), 2004, pp. 1-10.
- PÉRE-NOGUÈS Sandra, «Citoyenneté et mercenariat en Sicile à l'époque classique», in *Pallas*, vol. 66, 2004, pp. 145-155.

- PUGLIESE CARRATELLI, Giovanni (ed.), *The Greek World: Art and Civilization in Magna Graecia and Sicily*, New York: Rizzoli, 1996.
- PUGLIESE CARRATELLI, Giovanni. «An Outline of the Political History of the Greeks in the West», in Pugliese Carratelli 1996, pp. 141-176.
- ROSS HOLLOWAY, R., *The Archaeology of Ancient Sicily*, London: Routledge, 2000.
- SARTORI Franco, «Agrigento, Gela e Siracusa: Tre Tirannidi contro il Barbaro», in Braccesi; De Miro, 1992, pp. 77-93.
- SNODGRASS, A. M., «The Hoplite Reform and History», in *JHS* 85, 1965, pp. 110-122.
- VAN COMPERNOLLE, René, «La Signoria di Terone», in Braccesi; De Miro, 1992, pp. 61-75.
- VON REDEN, Sitta, «Money, Law, and Exchange: Coinage in the Greek Polis», in *JHS* 117, 1997, pp. 154-176.